

## IMPEACHMENT OU GOLPE? REFERENCIAÇÃO, ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA E CONTEXTO EM UM DEBATE DA *TV FOLHA*

### IMPEACHMENT OR COUP? REFERENCING, ARGUMENTATIVE DIRECTION AND CONTEXT IN A DEBATE OF *TV FOLHA*

João Pedro Lobo Antunes (UFRN)<sup>1</sup>  
Erik Fernando Miletta Martins (UFRN)<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este trabalho apresenta uma breve análise dos processos de referenciação em um debate realizado pela *TV Folha*, canal de vídeos do jornal *Folha de S. Paulo*. Na ocasião, os convidados Guilherme Boulos (MTST) e Demétrio Magnoli (Instituto Millenium) discutiram, a partir de campos político-ideológicos opostos, a legitimidade ou não do processo de *impeachment* que resultou no afastamento da presidente Dilma Rousseff, dentre outros assuntos. Consideramos, neste trabalho, a referenciação como o processo intersubjetivo, discursivo e socialmente situado de construção dos *objetos de discurso* (MONDADA & DUBOIS, 2003). Assumindo esse posicionamento, partimos das estratégias de progressão referencial (KOCH, 2002) que emergem ao longo da interação entre os interlocutores do debate, assim como das duas dimensões constitutivas do contexto, *emergência* e *incorporação* (HANKS, 2008), para investigar como os interlocutores constroem, reconstroem e disputam os objetos de discurso em torno do evento *impeachment*, considerando os aspectos sociocognitivos dessa construção. O nosso objetivo é investigar, por meio de uma análise de cunho qualitativo, a construção da referência à luz do papel sociocognitivo do contexto, visando entender a relação entre esses processos na orientação argumentativa do debate. Pretendemos, por meio desta pesquisa, contribuir para a agenda sociocognitiva e para os estudos da referenciação em textos orais, além de de oferecer dimensões linguístico-textuais à discussão acerca do processo de aparente polarização que tem marcado a vida política brasileira nos últimos anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Referenciação; categorização; debate; polêmica

#### ABSTRACT

This paper presents a brief analysis of the linguistic referencing processes in a debate held by TV Folha, the video channel of the *Folha de S. Paulo* newspaper. In the program, Guilherme Boulos (MTST) and Demétrio Magnoli (Instituto Millenium) discussed, from their politically and ideologically opposing points of view, whether the process that ended up in the impeachment of President Dilma Rousseff was lawful or not. We consider in this paper the linguistic referencing as the intersubjective, discursive and socially situated process of construction of *objects of speech* (MONDADA & DUBOIS, 2003). From this positioning, we discuss the referential progress strategies (KOCH, 2002) which emerge through the interaction between the interlocutors, as well as the constitutive dimensions of context, *emergence* and *embodiment* (HANKS, 2008), to investigate how the interlocutors construct, reconstruct and dispute the objects of speech around the event *Impeachment of*

<sup>1</sup> Mestrando em Linguística Teórica e Descritiva pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEL – UFRN). E-mail: pedro7lobo@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto II do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DLET – UFRN). E-mail: erikmiletta@gmail.com

*Dilma Rousseff*, considering the sociocognitive aspects of this construction. Our objective is to investigate, in a qualitative analysis, the linguistic reference construction relating it to the sociocognitive role of context, aiming to understand the relation of both processes in the argumentative direction of the debate. With our research, we seek to contribute to the sociocognitive agenda and to the studies in referencing. Besides, we intend to offer linguistic dimensions the discussion about the apparent process of polarization that has been marking Brazilian political life in recent years.

**KEYWORDS:** Referencing; categorization; debate; polemics

## INTRODUÇÃO

Já não é mais novidade afirmar que passamos por momento de grande acirramento das tensões ideológicas no Brasil. As crises política e econômica afetam o cotidiano do país e inflamam os diferentes posicionamentos. Surge daí o fenômeno que está sendo chamado de “binarização” ou, mais comumente, *polarização* da sociedade brasileira (Cf. ORTELLADO, SOLANO & MORETTO, 2016). Essa conjuntura está profundamente marcada pelo recente processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o qual “dividiu o país” e resultou na destituição de Dilma do cargo de presidente da república.

Muito foi dito acerca desse processo. À medida que este avançava pelas instâncias do Congresso Nacional, movimentos contrários e favoráveis ao *impeachment* reagem. A época ficou marcada, por exemplo, pelas manifestações de rua que frequentemente foram convocadas por diferentes representantes da sociedade. Enquanto movimentos ligados à direita promoveram, ao longo dos anos de 2015 e 2016, manifestações que clamavam pela saída imediata de Dilma Rousseff, entidades ideologicamente ligadas à esquerda convocaram protestos contrários à agenda do Congresso Nacional, a qual incluía inicialmente o *impeachment* da presidente (assumido como *golpe* de estado, por esses e outros grupos), seguido de reformas por meio de emendas constitucionais, as quais visavam modificar leis e documentos oficiais da legislação brasileira<sup>3</sup>.

Veículos da imprensa, por sua vez, promoveram diversas programações destinadas a discutir as questões da conjuntura política do país. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, usou o seu canal de vídeos na internet, a *TV Folha*, para criar o quadro *Fla-Flu*, o qual realizava debates que eram transmitidos ao vivo por meio do *Youtube*. Nesses eventos, personalidades e/ou líderes de movimentos sociais antagônicos eram convidados a debater temas relativos à conjuntura política nacional do ano de 2016, como o processo de *impeachment*, as manifestações de rua e a ação político-popular de modo geral.

Apresentamos, neste artigo, uma breve análise dos processos de referenciação (MONDADA E DUBOIS, 2003 [1995]; KOCH, 2002; 2004) em um debate realizado pelo quadro *Fla-Flu*. Na ocasião, os convidados Guilherme Boulos (MTST) e Demétrio Magnoli (Instituto Millenium) discutiram, dentre outros temas, a legitimidade ou não do processo de *impeachment* contra a então presidente. Em nosso trabalho, tomamos como base as estratégias de progressão referencial (KOCH, 2002) para analisar como os interlocutores constroem, reconstroem e disputam os objetos de discurso em torno do evento *impeachment de Dilma Rousseff*. Nesta análise, levamos em consideração as dimensões contextuais de *emergência* e *incorporação* (HANKS, 2008) para entendermos melhor os aspectos sociocognitivos dessa construção. O nosso objetivo maior, assim, é entender os processos de referenciação atuantes na orientação argumentativa dos textos.

---

<sup>3</sup> Estavam incluídas na agenda do Congresso Nacional as propostas de reforma trabalhista, previdenciária e a implementação do teto de gastos públicos (PEC 55).

Para a pesquisa da qual deriva este artigo, assumimos a noção de debate público proposta por Kerbrat-Orecchioni (1990, *apud* BRAGA, 2006, p. 33), para quem o debate deve ser entendido como uma discussão em que se verifica um confronto de opiniões, mas com carácter mais organizado e regrado, ao desenrolar-se dentro de um quadro "pré-fixado". Ao partir dessa concepção, construímos uma ponte com Amossy ([2014] 2017), para entender o gênero debate como uma das formas de expressão pública da *polêmica*. Para essa autora, a polêmica seria justamente a manifestação discursiva do embate e de opiniões contraditórias que circulam no espaço público. "Enquanto interação verbal, ela surge como *um modo particular de gestão do conflito*" (AMOSSY, 2017, p. 53, grifos da autora). Nesse sentido, consideramos o confronto de posições como elemento constitutivo do gênero, característica fundamental para dimensionarmos a construção referencial.

Aponta-se ainda que, embora o debate também tematize outros elementos da vida política nacional, optamos neste artigo por observar especificamente a disputa pela nomeação para o evento impeachment de Dilma Rousseff. Este recorte nos parece suficiente para aprofundar a discussão sobre o processo de polarização da vida política nacional, escopo maior do projeto de pesquisa do qual deriva este artigo. Também por meio deste recorte, podemos jogar algumas luzes sobre esquemas de pensamento e de ação associados aos campos político-ideológicos da esquerda, representado neste debate por Boulos, e da direita, representada por Magnoli. Afinal, dimensionar a conceptualização sociocognitiva do evento referencialmente disputado é uma maneira de contribuir, a partir da Linguística, para o diálogo público atinente ao processo de mudanças nas correlações de força da vida política nacional ao longo dos últimos dois anos.

## 1. Referencial teórico

### 1.1. Categorização, referenciação e construção do conhecimento: uma breve nota

A referenciação, enquanto atividade discursivo-interativa (KOCH, 2002) primária e basilar da interação humana, concerne a um processo linguístico-cognitivo de construção e reconstrução dos objetos de discurso realizado por sujeitos ativos e engajados ao longo da interação verbal. Essa noção, nos termos de Mondada e Dubois (2003) postula uma *instabilidade constitutiva* na relação entre as palavras e as coisas, bem como procura descrever os processos de estabilização das categorias.

Neste quadro epistemológico, estudar os processos de referenciação não implica tentar compreender como referentes do mundo são representados de modo estável na linguagem - o que pressupõe, dentre outras coisas, categorias prévias à cognição humana. A relação entre língua e conhecimento, portanto, é tida como constitutiva, ou, como sugere Marcuschi (2002):

“A **experiência** não é um dado, mas uma construção cognitiva, assim como a **percepção** não se dá diretamente com os sentidos, mas é a organização de sensações primárias. O mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva e não de uma identificação de realidades discretas apreendidas diretamente” (Marcuschi 2002: p. 46-47 *grifos do autor*).

Por isso, o estudo sobre a referenciação significa investigar, a partir das estratégias envolvidas e da progressão referencial ao longo das interações, “como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 20). Vale ressaltar que essas atividades são realizadas, de acordo com Koch (2005), por sujeitos ativos que fazem escolhas, ao longo da interação verbal, operando sobre o material linguístico que têm à sua disposição, a fim de concretizar propostas de sentido e objetivos interacionais.

### 1.2 Referenciação e orientação argumentativa: manipulação da atenção e intenção

O estudo dos processos/estratégias de referenciação é fundamental, como apontam Cavalcante e Santos (2012), para traçar o percurso dos sentidos do texto, é possível investigar como a categorização e recategorização de referentes, como objetos e eventos do mundo, exerce influência central sobre a argumentação nos textos. Isso é possível, segundo Koch (2002), devido ao caráter multifuncional das expressões referenciais, as quais contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista e assinalando direções argumentativas. Pode-se, portanto, falar que as estratégias de referenciação constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer (KOCH, 2005), isto é, em função de intenções comunicativas.

Uma maneira de entendermos melhor a posição desta autora, agregando maior estofo sociocognitivo à proposição, é apontarmos para a natureza dupla dos símbolos linguísticos (TOMASELLO, 1999): ao mesmo tempo, são intersubjetivos e perspectivais. A natureza intersubjetiva dos símbolos corresponde não só à partilha social de significados e definições de itens lexicais, por exemplo, ou do funcionamento sintático de itens gramaticais, mas, sobretudo, a uma matriz pragmática por meio da qual é possível projetar, por meio de inferências variadas (e não só conversacionais), intenções comunicativas. A proposta deste autor tende a enriquecer o quadro teórico da Linguística Textual ao colocar a intencionalidade como elemento organizador da interação e da comunicação verbal. Embora esta centralização não seja uma novidade para o campo, ela ganha um redimensionamento sociocognitivo quando, junto a Sandig (2009), admitimos que o reconhecimento da intencionalidade é fundamental para assimilação do elemento mais prototípico da categoria “texto”, a sua “função comunicativa” (Sandig, 2009, p. 51). Por isso, quando atentamos ao “para quê” do texto, estamos observando como

“a relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao plano textual previamente estabelecido, que se manifesta por meio de instruções ao interlocutor para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integridade” (KOCH, 2008, p. 13)

No quadro proposto por Tomasello, as inferências pragmáticas são organizadas pela dimensão histórico-cultural dos símbolos linguísticos, cuja natureza perspectival deriva do fato de que os “símbolos linguísticos incorporam uma miríade de maneiras de construir o mundo intersubjetivamente que foram acumuladas em uma cultura através do tempo histórico” (Tomasello, 1999, p.96). Não por acaso, a natureza *perspectival* da linguagem corresponde a “um modo particular de enxergar um fenômeno” (TOMASELLO, 1999, p. 95).

É assim que, ao escolher determinada forma linguística para se referir a algo, um indivíduo direciona a atenção dos demais para uma maneira específica de perceber e conhecer os objetos e eventos (e participantes) referidos: “A referência linguística é uma ação social na qual uma pessoa tenta fazer com que outra pessoa focalize a atenção a algo no mundo” (TOMASELLO 1999, p. 97). Neste quadro, escolhas lexicais em processos de preenchimento do núcleo de estruturas de retomada ou remissão referencial têm a ver, sobretudo, com escolhas de perspectivas adequadas a propósitos comunicativos, salientando determinados aspectos dos referentes e, obviamente, obliterando outros. Em nosso estudo, a disputa de nomeação sobre o evento da destituição de Dilma Rousseff entre *impeachment* ou golpe tem a ver, justamente, com a saliência de elementos de ordem jurídica e constitucional para justificar e legitimar determinados esquemas de pensamento e ação política.

Deve-se notar, entretanto, que o ato de nomeação em contextos de dissenso, isto é, de disputa pela estabilização referencial, é fruto de uma atividade complexa de progressão referencial por meio, sobretudo, de remissões e retomadas, responsáveis pela manipulação da atenção sobre determinados aspectos dos referentes (APOTHELOZ, 2001). Descrever

e analisar a progressão referencial é revelar quais aspectos referenciais estão sendo salientados e, portanto, é uma maneira de revelar a orientação argumentativa imprimida aos textos. A descrição e análise da progressão referencial, contudo, não pode ser realizada de modo hermético, isto é, sem levar em consideração a relação indissociável entre contexto e referência.

### 1.3. A relevância da noção sociocognitiva de contexto para os estudos em referenciação

De acordo com Morato (2017), a relação entre contexto e referência tem estado no centro de estudos linguísticos, cognitivos e filosóficos. Essa relevância se dá, para Morato (2008), porque os estudos em cognição têm se voltado mais para as atividades de construção de conhecimento em interação do que tão somente ao processamento deste a nível individual. Essa virada implica dizer que pesquisas estão dando maior ênfase ao modo como as propriedades da cognição emergem nas práticas públicas. Dessa maneira, o foco passa a estar no dinamismo dos processos que dão origem às estruturas conceituais, o que acaba por problematizar, dentre outras, a própria noção de contexto (MARCUSCHI, 2003, apud MORATO, 2008, p. 82).

Na verdade, o conceito de contexto é mobilizado desde as primeiras pesquisas em Linguística Textual (Cf. KOCH, 2002; KOCH, MORATO E BENTES, 2011), sendo uma noção-chave para os interesses dos estudos textuais em cognição (MORATO, 2017). Inicialmente, este era entendido, de acordo com Koch (2004, p. 32), como contexto verbal (cotexto), passando a englobar a situação comunicativa imediata e, posteriormente, a situação comunicativa mediata, de cunho sócio-histórico-cultural, para então passar a ser visto como constituído na própria interação entre os sujeitos: "o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação".

Hoje em dia, as noções predominantes de contexto dizem respeito "a um só tempo ao enquadramento social e ideológico mais amplo dos falantes, bem como a situação interacional imediata em que se encontram" (KOCH, MORATO E BENTES, 2011, p. 80/81). Nesse sentido, o foco dos estudos em contexto encontra-se, de acordo com Morato (2017), na mediação entre contextos micro ou situacionais (emergentes no decurso das interações) e macro ou sociais (incorporados nas práticas dos indivíduos).

Podemos falar, então, nos termos de Morato (2008, p. 84, grifos da autora), em uma "dimensão duplamente situada" do contexto, o qual passa a ser entendido como parte integrante do funcionamento textual e da análise sociocognitiva. Essa visão encontra grande suporte na teoria de William Hanks.

Hanks (2008) traça o percurso histórico da noção de contexto, dividindo-a em dois blocos que parecem enxergá-la de pontos opostos. O primeiro bloco trabalha esta noção como "uma estrutura radial cujo ponto central é o enunciado falado" (HANKS, 2008, p. 120). São, nesse caso, contextos construídos na própria enunciação e cuja historicidade diz respeito apenas ao instante em que o enunciado é produzido. O segundo bloco enxerga o contexto a partir de outra perspectiva. Nesta, as condições imediatas de produção de enunciados são pouco relevantes para a descrição do contexto, "ao invés disso, os sistemas de referência explicativos são as condições sociais e históricas que são anteriores à produção do discurso e que o restringem" (HANKS, 2008, p. 121).

O autor critica as limitações teórico-metodológicas e a "polarização" de ambas as visões. Parte, então, da Antropologia Linguística para lançar mão de uma teoria que integre ambos os níveis "micro" e "macro" do contexto como duas dimensões abrangentes e inter-relacionadas. O autor chama essas dimensões de *emergência* e *incorporação* (Cf. HANKS, 2008), sendo a emergência relativa a aspectos linguístico-discursivos que surgem no curso da interação, enquanto a incorporação corresponde a aspectos contextuais e pragmáticos

do enquadramento ou encaixamento social dos interactantes e seus enunciados e enunciações (MORATO, 2008). Há, de acordo Hanks (2008, p. 124), “por um lado, um alinhamento inicial da emergência com a esfera altamente local da produção do enunciado, e a incorporação ao contexto em larga escala, por outro lado”. Mas, ainda para o autor, ambas as dimensões se integram, uma vez que “a emergência pode ser facilmente concebida em níveis temporais diferentes, como qualquer historiador sabe, assim como a incorporação aplica-se a campos mais locais de produção do enunciado” (HANKS, 2008, p. 124).

Partimos, neste artigo, dessas duas dimensões integradas do contexto, para entendermos, juntamente com Morato (2008) que o contexto atua na referenciação como um *processo* sociocognitivo flexível e co-construído, assumindo papel essencial no processo interacional de caráter linguístico-cognitivo-discursivo que é a argumentação.

## 2. Metodologia

Este artigo parte de uma abordagem qualitativa, do tipo descritivo e interpretativo. O dado analisado neste artigo consiste no trecho inicial de um debate promovido no ano de 2016, pela *TV Folha*. Esse debate foi transmitido ao vivo e online no site *Youtube* e fez parte do *Fla-Flu*, quadro do canal que realizou, ao longo do ano, debates sobre a conjuntura política brasileira e a crise econômica, dentre outros assuntos.

Para essa pesquisa, selecionamos um debate em que se discutiu, dentre outros temas, diferentes visões sobre a legitimidade do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff e, após seu afastamento, das medidas adotadas pelo seu sucessor. Os participantes convidados para este debate foram Guilherme Boulos (GB), membro da coordenação do MTST; e Demétrio Magnoli (DM), jornalista e especialista em política internacional. O apresentador e mediador era o repórter Fernando Canzian (FC). O debate foi gravado em 16/04/2016, data anterior à votação pela abertura do processo de *impeachment* pela Câmara dos deputados.

O programa, com duração total de 44’59”, foi transcrito na íntegra com emprego da ferramenta *Inqscribe*<sup>4</sup>, de acordo com as normas do projeto NURC (Cf. KOCH, 2004). Em seguida, já em posse dos dados transcritos, mapeamos a progressão referencial seguindo o critério de relevância temática. Para isso, fizemos o levantamento das estratégias de progressão referencial, responsáveis pela categorização e recategorização de referentes e, portanto, da (re)construção de objetos de discurso, sejam eles explícitos ou não na superfície textual. Tomamos como base, para esse levantamento, as categorias propostas por Koch (2002), a saber:

- a. uso de pronomes ou elipses;
- b. uso de expressões nominais definidas;
- c. uso de expressões nominais indefinidas.

Sem nos demorarmos, podemos dizer que a estratégia de pronominalização (Cf. KOCH, 2002; MARCUSCHI E KOCH, 2002; 2006), anafórica ou catafórica, diz respeito ao uso de formas que assumem função pronominal no texto para retomar/remeter a determinados objetos de discurso, os quais podem estar na forma de referente cotextual explícito, mas também podem remeter a indivíduos não diretamente designados. Este último caso ocorre, por exemplo, da forma pronominal *eles*, que, na frase a seguir, só pode ser resolvido a partir de uma inferência: “no sul brasileiro, *eles* enfrentam as mais baixas temperaturas”. Quanto às expressões nominais, elas podem ser definidas como formas

---

4 O *software* pode ser encontrado em <https://www.inqscribe.com/>

linguísticas constituídas, minimamente, de um determinante (definido, indefinido ou demonstrativo), seguido de um nome (Cf. KOCH, 2002). Dentre elas, estão “as descrições definidas, as nominalizações e as rotulações metalinguísticas ou metadiscursivas” (KOCH, 2002, p. 102, grifos da autora).

Realizada a distribuição dos dados, destacamos os processos de construção referencial relevantes aos objetivos da pesquisa, ou seja, os que influenciavam a argumentação do debate em suas questões centrais. Relacionamos, por fim, os processos de referenciação à orientação argumentativa, considerando os aspectos linguístico-interacionais e contextuais, indissociáveis em análises do tipo. Neste artigo, apresentaremos uma breve análise das respostas à pergunta introdutória, o que corresponde ao trecho inicial do debate.

### 3. Golpe ou impeachment? Progressão referencial em um ambiente de dissenso.

Vejamos, o extrato (01), marcado pela pergunta inicial de FC direcionada a GB:

(01) FC - Eu queria primeiro... guilherme... a sua avaliação sobre *esses protestos* ... você deu uma entrevista pro Jornal Valor Econômico dizendo que:... haverá *greves* e que o:.... *o plano do Temer - uma ponte para o futuro* - é um desastre e que *os movimentos sociais* não vão sair da rua... qual é *a estratégia*?

GB - Olha... primeiramente boa tarde Canzian e Demetrio... éh:: ... o que / o que tá em jogo... é que neste momento... não é só o golpe... né... há *um golpe* há *um impeachment sem crime de responsabilidade*... éh... conduzido de uma forma política... éh... ilegítima né... por *um presidente da câmara que / que é bandido*... mas... tá em jogo também *o pacote que vem junto com o golpe* né... quer dizer... o que vem junto com esse impeachment é um pacote que é *a ponte pro futuro*... que são as falas do Moreira Franco dando entrevista por aí... que é *um pacote de devassa nos direitos sociais*... sem precedentes na história recente desse país... né... então... se fala em *reforma trabalhista* pra reduzir o tal do custo brasil... na verdade é reduzir o direito dos trabalhadores... *o cunha* já nesse mesmo ambiente anunciou retomar a votação da *terceirização* na semana que vem...éh... (...)<sup>5</sup>

No extrato (01), Canzian faz uso da expressão definida *a estratégia*, após falar em *protestos* e *greves*. Esse termo, utilizado em pergunta direcionada unicamente ao líder do MTST, já atribui determinada orientação argumentativa ao debate, visto que parece evocar temas socialmente associados à esquerda e aos movimentos sociais, como os de *lutas sociais*. A opção pelo uso do termo “estratégia” funciona, neste caso, para encapsular (Cf. KOCH, 2002) os outros dois objetos de discurso ativados, “esses protestos” e “greve”, configurando-os como mecanismos estratégicos amplamente utilizados por movimentos sociais. A introdução desses objetos de discurso na pergunta elaborada por Canzian demonstra o interesse do mediador em orientar o debate para os impactos que o desfecho do processo de *impeachment* teria na rotina do país, pois, já nesse período, havia protestos quase diários contra a deposição da presidenta, conhecimento indicado pelo uso do demonstrativo “esses” como reflexo da incorporação de elementos contextuais. A emergência da expressão nominal definida *esses protestos* e da anáfora indireta *greves* no discurso demonstra como o jornalista incorpora ao debate enquadramentos do contexto político e sócio-histórico da época. De fato, destacava-se na pauta midiática que, às vésperas da votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, os movimentos sociais ameaçavam “paralisar” o país.

Do ponto de vista contextual, a opção pelo termo *estratégia* – considerando o conhecimento de mundo evocado juntamente a ele - indica a emergência de determinados aspectos considerados relevantes para aquele evento (HANKS, 2008). Assim, partindo das escolhas limitadas pelo campo simbólico a partir de um propósito pré-estabelecido, parece ser da intenção de Canzian direcionar a atenção dos interlocutores para o caráter bélico da

5 A íntegra do debate encontra-se disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=BVgdsxzHvYs&t=1629s>>.

ação política dos movimentos de esquerda. De um ponto de vista global, a pergunta de Canzian é condizente com as tendências da grande mídia à época, a qual privilegiava os impactos dos protestos no trânsito e nos serviços básicos das cidades, em detrimento das reivindicações dos manifestantes.

Guilherme Boulos, entretanto, desloca o contexto da pergunta para o questionamento da legitimidade do *impeachment* e das consequências desse processo. Ele o faz, primeiramente, ao evocar, por meio de expressão nominal definida *o golpe*, o contexto de ilegitimidade e do discurso da farsa jurídica que seria o *impeachment*. Ele acaba, assim, atribuindo de imediato, por meio dessa categorização do referente, a orientação argumentativa a qual guiará o seu discurso. Ambos os interlocutores parecem assumir como relevante diferentes aspectos da questão em pauta, o que resulta em escolhas lexicais diferentes dentro do campo da significação e em uma disputa pelos contextos que guiarão os temas do debate.

É interessante notar, contudo, que havia no período grande resistência por parte da sociedade em aceitar o processo de *impeachment* como um golpe de estado, visto que ele seguia a forma constitucionalmente estabelecida para o evento. É possível que essa percepção tenha sido a responsável pela reintrodução do objeto de discurso, agora pela expressão nominal indefinida *um golpe*. Koch (2002) afirma que o uso de expressões indefinidas não é tão comum para a retomada de referentes anteriormente ativados no texto, uma vez que é mais frequente o uso do indefinido, quando ele aparece, apenas na introdução de objetos de discurso. Podemos então tentar entender o ocorrido por meio de Morato (2008, p. 85), quando ela diz que a argumentação, vista como um fenômeno interacional de caráter linguístico-discursivo, envolve aspectos pragmáticos, como a "adequação de uma conduta argumentativa em relação a uma situação específica". Nesse sentido, essa readequação do objeto de discurso ao contexto (incorporado) da *Folha de S. Paulo* pode ter a ver com a tentativa de Boulos de ganhar a adesão do público por meio da argumentação. Em outras palavras, Boulos parece precisar reafirmar a existência de *um golpe*, o qual é imediatamente recategorizado por meio da paráfrase didática (Cf. KOCH, 2004) *um impeachment sem crime de responsabilidade*. Essa opção de Boulos corrobora a percepção de Hanks (2008) de que as interações ocorrem invariavelmente dentro de contextos sociais que de fato podem delinear o decurso delas mesmas. Em outras palavras, a informação anteriormente assumida como disponível é reconstruída para adequar-se ao contexto do debate em um veículo midiático hostil à maior parte das bandeiras do líder do MTST, como a *Folha de S. Paulo*.

Ainda no trecho (01), Boulos segue construindo o objeto de discurso *golpe*. Para isso, ele questiona a legitimidade do *impeachment*, ao afirmar, por exemplo, que o processo é conduzido por *um presidente da câmara que é bandido*. A emergência dessa expressão nominal indefinida, a qual é posteriormente recategorizada pelo item "*Cunha*", reforça a tese de Koch (2005) sobre os usos conscientes do sujeito sobre o material linguístico que dispõe, por meio de formas referenciais, em função de um querer-dizer. Assim, ao categorizar o presidente da Câmara dos Deputados como *bandido*, direcionando a atenção para os processos criminais pelos quais ele respondia, Boulos procura reforçar a dimensão ilegal do processo de impedimento. Desse modo, ele busca reforçar a ideia de que este era um processo "viciado" desde o princípio, visto que o principal articulador estava envolvido em escândalos e enfrentava processos judiciais, dentre os quais destaca-se a cassação de Eduardo Cunha, com apoio decisivo do partido da presidenta<sup>6</sup>. A incorporação deste aspecto do contexto é fundamental para entendermos o enquadramento dado por Boulos ao evento.

<sup>6</sup> Mais detalhes em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contracunha-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml>>.

Por fim, outra estratégia usada pelo líder do MTST em sua resposta foi recategorizar o objeto de discurso introduzido por Canzian *uma ponte para o futuro* por meio da expressão definida *o pacote que vem com o golpe*. Essa anáfora correferencial, que retoma o projeto de governo que havia lançado pelo partido de Michel Temer, refocaliza o referente (Cf. MARCUSCHI E KOCH, 2006), evidenciando o aspecto negativo desse projeto ao incluí-lo no contexto de ilegitimidade até então construído em torno do evento de deposição de Dilma Rousseff. Sendo assim, a expressão definida *o pacote* contribui para a predicação referencial em torno do evento, e as anáforas indiretas que emergem a partir da ativação dos conhecimentos prévios relacionados à ponte para o futuro (*reforma trabalhista e terceirização*) já estão, por meio da progressão referencial e da orientação argumentativa pretendida por Boulos, cognitivamente categorizadas como parte do mesmo processo golpista. E, assim como ocorre com o item “golpe”, observa-se a retomada posterior do item “pacote” através de uma expressão indefinida seguida de predicação: *um pacote de devassa nos direitos sociais*, apontando a incorporação de elementos contextuais relativos à posição política da Folha de São Paulo.

Analisemos, agora, no extrato (02), a primeira fala de Demétrio Magnoli. Nota-se, antes de tudo, que ele opta por dar continuidade ao tópico discursivo (JUBRAN, 2006) instaurado por Boulos, em detrimento da pergunta inicial de Canzian. Entretanto, o seu objetivo logo se mostra diferente:

(02) DM - Eu queria fazer uma pergunta se você me permitir... pro Boulos... éh... você disse que... tem um golpe em curso... eu queria saber se o Supremo Tribunal Federal faz parte da conspiração golpista...

Como é possível notar, o termo golpe emerge mais uma vez no texto por meio de uma expressão nominal indefinida. Percebe-se, a partir dessa repetição, a não consensualidade quanto à existência do golpe. Ao optar por fazer uso indireto do discurso de Boulos acerca da questão, Demétrio parece afastar-se imediatamente da afirmação de que o processo de impeachment é ilegítimo. Ao introduzir o objeto *o Supremo Tribunal Federal*, Magnoli parece tentar associar a questão a valores de constitucionalidade e legalidade, opostos à carga semântica de ilegalidade e inconstitucionalidade ligada ao termo golpe. Estrategicamente, Magnoli faz uso dessa aparente antítese para questionar se a instância máxima da justiça brasileira faria parte da *conspiração golpista*. Ao empregar o termo “conspiração”, Magnoli direciona o discurso de Boulos para uma possível contraditoriedade, uma vez que, teoricamente e do ponto de vista da *forma*, tal situação (Supremo Tribunal Federal apoiar um golpe de estado) não poderia existir. Sugere, de modo implícito neste momento da interação, um caráter delirante, irreal, ao discurso de Boulos.

Na sequência da interação, Boulos, contudo, faz uso estratégico da construção da referência para questionar e contrapor o caráter generalista da tese de Magnoli, como podemos ver no extrato (03):

(03) GB - Olha... demétrio... éh... em alguns lugares fez... por exemplo o golpe que nós tivemos em Honduras... que eu acho que todo mundo/ imagino... [você deve ter caracterizado como golpe... (...)] o golpe que tivemos em Honduras com foi chancela do Supremo Tribunal de lá... o que nós temos nesse momento é que... a constituição diz de forma clara que pra impeachment precisa de crime de responsabilidade... não há crime de responsabilidade comprovado...

Ao ativar, por meio de expressão definida, o objeto de discurso *o golpe que nós tivemos em Honduras*, Boulos evoca o contexto de um golpe de estado que contou com a participação do Supremo Tribunal Federal do país. Aparentemente, ele busca reconstruir o conhecimento estruturado em torno de um Tribunal Superior, ao associar a sua imagem a um golpe de estado consolidado. Além disso, Boulos, para reforçar o seu argumento,

introduz o objeto de discurso *a constituição* como instância superior ao Supremo, afirmando que não são atendidos os critérios exigidos por esse documento para a aprovação do processo de impeachment, o que configura golpe. Assim, ele defende a ideia de que o impeachment da presidente é ilegítimo independentemente da posição dos poderes frente a ele.

Fica visível, nesse ponto, que Guilherme Boulos e Demétrio Magnoli assumem papéis antagônicos e polarizados no campo social da política. Assim, por mais que ambos façam escolhas referenciais e argumentativas na emergência da interação, ambos ocupam posições no contexto a partir de campos sociais específicos emergentes (situação, cenário e campo semiótico), mas pré-existentes à interação. Desse modo, as teses antagônicas por eles defendidas, apesar de construídas junto às escolhas linguísticas e respectivos objetivos comunicativos, já abarcam formações sociais, institucionais, ideológicas, dentre outras, que se integram inerentemente ao fenômeno linguístico. No jogo argumentativo instaurado no debate, destaca-se o papel das formas referenciais e do contexto como determinantes na construção dos sentidos pretendidos pelos interlocutores. Desse modo, os objetos de discurso são construídos e reconstruídos ao longo da interação, sendo refocalizados na medida que emergem a partir dos diferentes campos sociais que disputam as versões públicas no debate. É o que acontece com a expressão *Supremo Tribunal Federal*, o qual passa a adquirir outras propriedades ao longo da progressão referencial/textual de acordo com a orientação argumentativa do discurso de cada um dos interlocutores.

Analisemos por fim o extrato (04). Nele, veremos a efetiva instauração da polêmica (Cf. AMOSSY, 2017) no debate, a partir da recusa de Demétrio Magnoli em categorizar o *impeachment* como *golpe de estado*, após este questionar GB sobre o papel do Supremo Tribunal Federal no rito de deposição de Dilma.

(04) DM - [mas... você não respondeu... *o Supremo / ontem o Supremo... éh... recusou os mandatos de segurança do governo contra...éh... o processo de impeachment... pedindo a interrupção do processo de impeachment na câmara... o Supremo negou isso por ampla maioria - oito a dois... éh... s:e há um golpe... então o Supremo - não é só aquele ministro... mas a maioria do Supremo... se vê obrigado por coerência a dizer isso... éh... ele chancela o golpe... (...)*

... quando você diz que o *impeachment* só pode se dar quando existe *crime de responsabilidade* e isso é verdade... éh... a *constituição* diz também qual é o corpo político que deCIde se há *crime de responsabilidade* e o corpo político NÃO É o Guilherme Boulos... o corpo político é o *congresso*... então se o *congresso* decidir que HÁ *crime de responsabilidade*... e é claro que sempre existirá a hipótese de se recorrer ao *Supremo*... éh... Mas se o congresso decidir isso... se o senado - que faz a votação final - decidir isso - e essa votação é presidida pelo *Supremo*... embora seja feita no senado... éh... então não há *golpe* por definição... o que eu acho interessante *nessa história de golpe*... é... não é a discussão se há ou não golpe... porque isso é uma discussão... éh... fútil... não há *golpe*... éh... a discussão é PORQUE se criou a *fábula do golpe* (...)

Está clara, no extrato (04), a impossibilidade de um consenso entre Magnoli e Boulos. Esse desacordo persiste até o fim do debate. De acordo com Amossy (2017, p. 53, grifos da autora), "se há choque de opiniões contraditórias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara *dicotomização* na qual as duas opções antitéticas se excluem mutuamente". Essa oposição surge na gestão verbal do conflito, e torna praticamente impossível uma concordância final entre as partes. A construção da referência, aqui, se dá na disputa entre duas posições opostas e a consequente legitimação das ações associadas a elas. No contexto do debate, é fundamental lembrar que os participantes estão representando determinados campos sociais, os quais precisam ter suas posições defendidas. Isso faz com que os campos simbólicos evocados por cada participante incorporem, do cenário, divergentes e contrastantes aspectos do evento impeachment. Assim, cada interlocutor parece assumir como relevante diferentes perspectivas da questão em pauta, de modo a perpetuar o desacordo ao longo do programa. É nesse sentido que Plantin (*apud* AMOSSY, 2017, p. 57) diz que "em certos

contextos de debate, a pessoa só existe em função do seu papel". É o antagonismo das posições, portanto, que caracteriza esse debate até o final.

Sem nos demormos, vamos analisar algumas das estratégias de referenciação emergentes no extrato (04). Primeiro, temos a retomada de referentes ativados no turno de GB, apontando manutenção do tópico discursivo e, deste modo, evidenciando o dissenso em torno da nomeação do evento. Mais uma vez, como se pode observar, o objeto de discurso *golpe* é ativado por meio de expressão indefinida, o que atua na orientação argumentativa ao reforçar o caráter não consensual e a não aceitação do termo. Ao contrário da estratégia de GB, DM emprega a expressão indefinida como maneira de marcar a impertinência da referência adotada pelo líder do MTST. O processo de deslegitimação da construção fica ainda mais evidente quando ativa os objetos *o congresso* e *o Supremo* como as únicas instituições responsáveis por definir se há ou não um crime de responsabilidade. DM, neste ponto, reforça a incorporação da noção de legalidade sobre o evento. Não por acaso, na continuidade do debate, refere-se ao evento tão somente como *processo de impeachment*. Nota-se, portanto, uma orientação argumentativa diametralmente oposta, ao evocar as instituições democráticas e construir o objeto de discurso *processo de impeachment* como algo não marcado pelo caráter de ilegalidade, estratégia contextualmente tecida por Guilherme Boulos e utilizada para a construção do objeto *golpe*.

Por fim, ao reafirmar veementemente a *não* existência do golpe, Demétrio faz uso de uma última recategorização. Ao referir-se a golpe através da expressão definida *a fábula do golpe* (assim como ocorre na descrição definida *nessa história de golpe*), ele imprime forte orientação argumentativa ao texto. Esse objeto de discurso é recategorizado por meio de uma estratégia metadiscursiva (Cf. MARCUSCHI E KOCH, 2006; KOCH, 2005). A respeito dessa estratégia, Koch (2005, p. 44) destaca que ela "é importante indício de da opinião do locutor não só a respeito do discurso que está sendo rotulado, como também a respeito do próprio enunciador desse discurso". Assim, ao dizer que o golpe é na verdade uma *fábula*, gênero literário predominantemente fictício, Magnoli sugere abertamente um caráter fantasioso ao termo, além de deixar implícita a ideia de que o campo da esquerda está ciente dessa ficção. Não por acaso, mais a frente, Magnoli qualifica o discurso à esquerda do campo político como *narrativa do golpe*.

O emprego destas estratégias metadiscursivas evidencia o esforço contínuo de DM em deslegitimar a posição defendida por GB, iniciado pela evocação das instituições que detêm o poder ou não de definir a legalidade do processo, e reforçado pela associação dessa posição a um descolamento da realidade, a um delírio, a uma crença sem fundamento factual. A cadeia de itens "a fábula/narrativa/essa história" do golpe procura, ainda, reforçar a ideia de uma suposta impertinência da discussão: "isso é uma discussão fútil".

Os termos "impeachment" e o "golpe", ainda que girem em torno do mesmo evento, são objetos de discurso diferentes, uma vez que são discursivamente e contextualmente construídos de acordo com a intencionalidade dos interlocutores. Isso fica claro ao longo da progressão textual em cada um dos trechos analisados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou brevemente mapear os processos de referenciação em um trecho de um debate marcado pelo desacordo, além de associar a esses processos o conceito sociocognitivo de contexto, e descrever o papel de ambos na orientação argumentativa empreendida pelos participantes em seus discursos.

Aderimos à tese sociocognitiva de que há uma interrelação funcional entre linguagem e cognição (Cf. KOCH E CUNHA-LIMA, 2004, MORATO, KOCH; 2003). Por essa razão, tratamos a referenciação como uma atividade discursiva e sociocognitiva, a qual emerge nos discursos e na interação ao mesmo tempo em que incorpora práticas e

dimensões sociais. Está claro, a partir dessa perspectiva, que existe uma relação entre o contexto, a construção da referência e a manifestação verbal da polêmica nesse debate, assim como está claro que os contextos são evocados e reconstruídos de maneiras peculiares em cada interação. Por essa razão, estudar textos de qualquer origem em uma perspectiva sociocognitiva exige uma noção de contexto que dê conta de integrar tão variados níveis. A noção de Hanks (2008) parece se ajustar adequadamente a essa necessidade. Fazendo uma ponte com o nosso estudo, a complexidade da polarização está incorporada ao debate analisado tanto pela dimensão da emergência quanto da incorporação. Nos debates, os participantes divergem naquilo que consideram relevante em torno do evento ou objeto que está sendo discutido. Assim, direcionam a atenção um do outro e do público para aspectos distintos do evento *impeachment* e perpetuam o conflito. Fazem isso, é claro, por meio sobretudo de escolhas lexicais que orientam argumentativamente os discursos que constroem. Essa construção está diretamente associada à referenciação, a qual ocorre principalmente no campo da significação, mas sem, contudo, depender tão somente dele, visto que todos os participantes, ao transformarem o contexto mais global em discurso, herdaram características próprias dos campos sociais aos quais pertencem. Por meio deles, a conjuntura política e social está incorporada ao debate, e, ao longo da interação e da construção da referência, ela é elaborada (pelo menos nas questões que interessam aos objetivos desse trabalho) de pontos de vista opostos, gerando a polêmica e alimentando a polarização.

À guisa de conclusão, destacamos que esse trabalho deve ser entendido como parte de uma pesquisa alinhada à agenda científica atual dos estudos sociocognitivos do texto (Cf. MORATO, 2017). Assim, buscaremos em pesquisas futuras e dentro dessa perspectiva, investigar como ocorre a construção sociocognitiva da referência (implícita ou explícita) e a orientação textual e cognitiva da argumentação em torno de noções mais abstratas, como a de “ação política”, partindo das interrelações entre aspectos micro e macro do contexto na construção dos sentidos do texto.

Como mencionado à introdução deste artigo, compreender a disputa pública pela nomeação do evento de deposição de Dilma Rousseff é passo fundamental para atingirmos este objetivo, pois, além de revelar estratégias interacionais associadas a determinados esquemas de pensamento, indica os tipos de comportamento a serem derivados das posições ideológicas representadas sob a ótica da polarização social. Se este evento for compreendido como um golpe, legitimam-se práticas de ação política de resistência às mudanças nas correlações de força da vida político-partidária do Brasil; se não for, toda ação política de resistência à estas mudanças será considerada ilegítima e, em última instância, ilegal.

Como temos visto, no momento histórico atual tem predominado, ao menos do ponto de vista institucional e da grande mídia nacional, essa segunda percepção. Há de se notar, contudo, que essa disputa continua em aberto, seja porque a polarização é apenas aparente (ORTELLADO, SOLANO, MORETTO, 2016) e se revela apenas em situações de binarização, como o segundo turno de eleições, seja pela própria instabilidade constitutiva da relação entre as palavras e as coisas, premissa fundamental dessa pesquisa. Afinal, deve-se ter em mente que a disputa pela nomeação, pela estabilização referencial, do evento de deposição de Dilma Rousseff concerne à disputa pela perspectiva histórica a ser passada para as gerações seguintes, pelas categorias de organização deste evento pois, na dimensão perspectival dos símbolos linguísticos:

“situa-se o aspecto historicamente estável da significação referencial, enquanto um legado considerado apropriado (TOMASELLO, 1999) ao recorte da realidade por gerações anteriores, de forma que os sujeitos produzem suas falas de um “ponto-de-vista particular que têm a respeito da realidade referenciada” (LANGACKER, 1991).” (MARTINS, 2015, p. 88)

Por fim, entendemos que essa pesquisa pode contribuir, do ponto de vista teórico, com a elaboração da percepção da ocorrência dos processos de referenciação em ambientes marcados pelo dissenso. Pretendemos, com a continuidade e aprofundamento dessa pesquisa, tratar desses processos buscando investiga-los no contexto das interações polêmicas, a fim de entender como a divergência de opiniões impacta o processo de construção de referentes, a categorização do mundo e, conseqüentemente, a própria construção textual do conhecimento (Cf. KOCH, 2001). Entendemos que o estudo da referenciação em ambientes de dissenso é uma maneira de contribuir para a própria saúde da democracia, quando esta:

“baseia-se no princípio segundo o qual o dissenso, desde que mantido dentro de certos limites (estabelecidos pelas denominadas regras do jogo), não é destruidor da sociedade mas solicitador, e uma sociedade em que o dissenso não seja admitido é uma sociedade morta ou destinada a morrer” (BOBBIO, 1997, p. 61)

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *Apologia da Polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.

APOTHÉLOZ, D. “Référer sans expression référentielle: gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle”, in *Pragmatics in 2000: selected papers from the 7<sup>th</sup> International Pragmatics Conference*, Antwerp. Vol. 2. 30-38.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6<sup>o</sup>. Edição: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997 [1984].

BRAGA, D. *Prós e Contras: o debate político televisivo como sub-gênero/sub-tipo de interação verbal*. In: *Revista Galega de Filoloxía*, ISSN 1576-2661, 7: p. 29-65, 2006.

CAVALCANTE, M. M.; SANTOS, L. W. *Referenciação e marcas do conhecimento partilhado*. *Linguagem em discurso*. 12 (3), p. 657-682, 2012.

HANKS, William F. *O que é contexto*. In: BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato C.; MACHADO, Marco Antônio R. (Org.). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. Cortez: São Paulo, 2008.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Linguística textual: quo vadis?*. In: *D.E.L.T.A*, v. 17, p. 11 – 23, 2001.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira. 2008.

\_\_\_\_\_; CUNHA-LIMA, M. L. A. *Do cognitivismo ao sociocognitivismo*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs) *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. Volume 3. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Referenciação e orientação argumentativa*. In: KOCH, I. G. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. (Orgs.) *Referenciação e discurso*. Ed. Contexto. São Paulo, p. 33-52, 2005.

\_\_\_\_\_.; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk*. Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso, v. 11, p. 79-91, 2011.

MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. *Referenciação*. In: JUBRAN, Clélia. C. A. S. *Gramática do português falado culto falado no Brasil – a construção do texto falado*. v. I. Campinas: Editora Contexto, 2006b.

\_\_\_\_\_. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade cognitiva. Veredas, n. 13, p. 43-62, 2002.

MARTINS, E. F. M. *Frames neoliberais na retórica neopentecostal: aspectos referenciais e sociocognitivos*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MORATO, E. M. *Linguística Textual e Cognição*. In: *Linguística Textual – Interfaces e delimitações - Homenagem a Ingedore Grunfeld Villaça Koch*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. *O estatuto sociocognitivo do contexto na orientação argumentativa das práticas referenciais*. In: *Investigações*, UFPE, v. 21, p. 81-97, 2008.

\_\_\_\_\_. KOCH, I. G. V. *Linguagem e cognição: os (des)encontros entre a linguística e as ciências cognitivas*. Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 44. Campinas. 2003. p. 85-91.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E; MORETTO, M. *Uma sociedade polarizada?* In: JINKINGS, L.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.) *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANDIG, B. *O texto como conceito prototípico*. In: WIESER, H. R., KOCH, I. G. V. (Orgs.) *Linguística Textual: perspectivas alemãs*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009. 47-72.

TOMASELLO, M. *Cultural origins of human cognition*. Cambridge, Massachusetts Harvard University Press. 1999.

Submetido em 30/11/2019

Aceito em 21/05/2019

Publicado em 26/08/2019